

Mailson tenta reduzir os custos da anistia

Mas avisa que "não existe almoço grátis", e alguém vai ter que pagar a conta

Uma solução negociada entre o Governo e os parlamentares, com os menores custos possíveis ao Tesouro. Foi este o consenso a que chegaram o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, 23 deputados e as lideranças do Governo no Congresso sobre as três emendas às disposições transitórias da Constituição concedendo anistia às dívidas bancárias dos micros, pequenos e médios empresários. Apesar do consenso, não há ainda uma fórmula pronta a ser levada à votação no plenário, daqui a 15 dias, embora uma meia dúzia de sugestões tenha sido proposta pelos parlamentares.

Uma delas, feita pelo líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PFL-PB), em almoço com Mailson juntamente com os líderes Saldanha Derzi, José Lourenço e Carlos Sant'Anna, após a reunião com os deputados, não será aceita pela Fazenda. Gadelha propôs como uma das alternativas a retirada das três emendas das disposições transitórias e o envio, em seu lugar, como resultado do consenso, de projeto de lei do Governo limitando a concessão da anistia. Na Fazenda, considera-se que nenhuma iniciativa deve caber ao Governo na matéria, que deve ser resultado de proposta partida do Legislativo, a quem cabe elaborar a Constituição.

A fórmula mais viável é uma fusão das três emendas, dos deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (MG-sem partido) e do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), já esboçada em forma de minuta, sobre a qual deverão ser desenvolvidas as negociações.

Pelo esboço da minuta, a anistia seria dada somente à correção monetária e limitada aos pequenos e médios produ-

res rurais e aos micros e pequenos empresários. Seriam beneficiados somente os devedores que liquidarem seus débitos até 180 dias após a promulgação da Constituição. Discute-se, ainda, o período do benefício se sobre os empréstimos contraídos de 28 de fevereiro de 86 a 31 de dezembro de 87 ou até 31 de dezembro de 86 e a sua concessão apenas para quem provar não ter condições de pagá-los, o que remeteria ao exame caso a caso.

O ministro da Fazenda foi informado, para seu pesar, de que é certa a aprovação de alguma medida anistando parcialmente os débitos contraídos durante o Plano Cruzado. O senador Marcondes Gadelha lhe comunicou que haverá no mínimo 350 votos favoráveis na votação das disposições transitórias. Diante do inevitável, resta-lhe partir para a solução negociada que signifique menos ônus ao Tesouro, o que será tentado pelo seu secretário especial de Assuntos Econômicos, João Batista Camargo, com quem Mailson começou a discutir as alternativas possíveis ontem à noite.

ALMOÇO GRÁTIS

Foi tenso o início da reunião com os deputados, na sala do Conselho Monetário Nacional (CMN), no sexto andar do ministério segundo relato de alguns deles. Houve uma guerra de números, com nenhum dos dois lados se convencendo das estimativas que cada um apresentou. Mailson chegou a ser acusado, pelo senador Mansueto de Lavor, de que seus assessores lhe estavam fornecendo números falsos, ao prever entre 2 bilhões e 3 bilhões de dólares o custo da emenda Humberto Souto e entre 6 bilhões e 7 bilhões de dólares o custo conjunto das emendas Mansueto de Lavor e Ziza Valadares. Lavor

garantiu que os gastos com a aprovação da sua emenda não ultrapassam Cz\$ 183 bilhões, conforme levantamento que, segundo ele, lhe foi fornecido pelo Banco Central.

— Os dados que tenho são reais, mas ninguém acredita no Governo — ironizou o ministro da Fazenda.

Listou seus principais argumentos sobre os efeitos da anistia: os bancos estaduais podem quebrar, porque detêm 80 por cento dos créditos, participação que sobe a 90 por cento se incluído o Banco do Brasil; a meta de um déficit público de 4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), pilar sobre o qual se assenta o programa econômico do Governo, ficará seriamente comprometida; a questão da isonomia não está resolvida, porque quem pagou brigará na Justiça para ser anistado e receber de volta; os contratos comerciais, e não apenas os financeiros, poderão ser afetados a partir da promulgação da Constituição.

O deputado Gilson Machado (PFL-PE) revelou, em conversa com os jornalistas, após a reunião, que, conforme lhe informara de manhã cedo o presidente do Banco Central, Elmo Camões, 98 por cento dos ativos do Banco do Nordeste (BNB) ficarão comprometidos com a anistia. A Fazenda dispõe da informação de que o Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe) teria um prejuízo mais de três vezes superior ao seu ativo, arcando com custos de Cz\$ 10 bilhões, para um ativo de Cz\$ 3 bilhões.

— Todos sabem que não existe almoço grátis. Alguém vai ter de pagar a conta e temos de saber se a sociedade está disposta a enfrentar um gasto tão elevado — advertiu Mailson, durante a reunião.

Banqueiros não negociam perdão

O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF), Roberto Konder Bornhausen, disse ontem que os banqueiros nada têm a negociar com a Constituinte para derrubar emendas no Ato das Disposições Transitórias da Constituição que prevêem anistia da correção monetária das dívidas bancárias de diversos setores da economia. O diretor da área bancária do Banco Central, Wadico Waldir Bucchi, endossou os cálculos da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) de que a anistia da correção pode implicar prejuízo de Cz\$ 1,6 trilhão ao sistema financeiro e alertou que, caso as emendas sejam aprovadas, "a conta será paga pela sociedade". O presidente do Banco do Estado do Paraná (Banestado), Carlos Almeida, observou que "ninguém mais quer pagar suas dívidas, à espera da decisão da Constituinte".

Ontem, o Banco Central e o Eron Hotel formaram o palco para as lamentações de banqueiros oficiais e privados. Na parte da manhã, Wadico Bucchi esteve reunido com a diretoria da Associação Brasileira dos Bancos Estaduais (Asbace). O encontro foi interrompido pela

chegada do presidente e do vice-presidente da Febraban, respectivamente, Antonio de Padua Rocha Diniz e Pedro Conde. Ambos saíram para encontro com o presidente do Banco Central, Elmo Camões, mas, logo depois, chegou Roberto Bornhausen, que ficou para o almoço com Wadico Bucchi e os dirigentes da Asbace. Rocha Diniz e Pedro Conde gastaram praticamente toda a tarde de ontem no Banco Central.

"Não dá para negociar uma questão de princípio" — afirmou o presidente da CNIF, ao justificar a postura dos banqueiros de não barganhar alternativas mais brandas para as emendas do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e dos deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG). Para Bornhausen, não se pode confiscar propriedade, em conflito com o Direito de Propriedade consagrado em todas as Constituições que o País já teve e, desse princípio, os banqueiros sequer admitem discussão.

Caso prevaleça a anistia da Constituinte, Bornhausen disse que, ao cumprir o dispositivo constitucional, o governo estará desapropriando propriedades privadas e deverá efetuar o pa-

gamento justo dos bens, às custas de toda a sociedade. "Milhões de contribuintes pagarão pelo privilégio de alguns milhares, através de mais impostos ou inflação. E jogar sobre a sociedade o custo eventual da ineficiência empresarial" — disse o mais antigo porta-voz dos banqueiros.

O diretor da área bancária do Banco Central, Wadico Bucchi, reconheceu que governo receberá o impacto direto da anistia. Observou que os bancos oficiais federais e estaduais respondem por 70 por cento das dívidas sujeitas à anistia e, em consequência, ressaltou que os constituintes podem estar jogando "uma bomba de efeito retardado em cima do governo".

Segundo Bucchi, apenas os bancos estrangeiros ficarão imunes aos prejuízos da anistia. Além dos bancos oficiais, afirmou Bucchi, acumularão sérios prejuízos os grandes conglomerados privados que, ao contrário dos bancos estrangeiros, operam no varejo, com a maioria da clientela composta por pequenos e médios empresários rurais e urbanos. Em compensação, advertiu o diretor do Banco Central, esses empresários ficarão, no futuro, à margem dos créditos bancários.

E banco estadual nem conversa

A Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais (Asbace), seguindo o caminho trilhado pelos banqueiros do setor privado, não vai apresentar nenhuma contraproposta aos constituintes que desejam eliminar a correção monetária das dívidas contraídas por pequenos e médios empresários urbanos e rurais durante o Plano Cruzado. "Não podemos apresentar uma proposição quando não temos o controle de todo o sistema financeiro nacional", afirmou o presidente da entidade, José Soares Nuto, após almoço entre os membros da Asbace e da Associação Brasileira das Associações de Bancos e da Associação Nacional dos Bancos de Desenvolvimento, realizado no Hotel Eron.

Nuto, ao contrário do presidente da Confederação Nacional das Instituições de Crédito, Roberto Bornhausen, que só admite a negociação direta entre credores e devedores, se mostrou favorável ao estabelecimento de uma regra pelo Governo para solucionar a questão das dívidas do Cruzado. Conforme Nuto, o Banco Central e o Ministério da Fazenda poderiam elaborar um conjunto de medidas destinadas a amenizar a situação dos devedores, sem o colapso do sistema financeiro. Nuto é favorável principalmente à flexibilização das dívidas para os empresários localizados nas regiões de ação da Sudene e da Sudam.

O presidente da Asbace, disse que levantamentos preliminares indicam que será de Cz\$

250 bilhões o prejuízo dos 25 bancos estaduais, caso ocorra a anistia da correção monetária.

VERBAS

O presidente da Asbace defendeu o aumento do volume de verbas a serem repassadas através de bancos regionais para programas sociais do Governo. De acordo com Nuto, a Constituinte só aprovou o repasse de três por cento da receita tributária nacional para aplicação através dos bancos regionais no Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte do País. Além disso, no capítulo referente às instituições financeiras, a Constituinte decidiu transferir do Banco Central para os bancos oficiais federais as atividades de fomento.